

## ECONOMIA INTERNACIONAL

MERCOSUL - Situação e perspectivas.

(24 Jun 92)



Os expressivos resultados alcançados pelos países signatários do Tratado de Assunção, que estabelece as bases para a consolidação do MERCOSUL, decorrem do efetivo empenho dos respectivos Governos, bem como dos segmentos empresariais, no sentido da consolidação da iniciativa no prazo previsto.

A despeito da importância das etapas consolidadas e da grandeza dos resultados auferidos, continuam pendentes algumas questões com potencial para dificultar a conformação do mercado comum no prazo previsto pelo Tratado de Assunção. Nesse contexto, a persistência de fatores como as assimetrias econômicas e sociais entre os parceiros, a diversidade de expectativas e do potencial comercial de cada um, as recentes manifestações de empresários e políticos paraguaios contra a participação do país na iniciativa e as dificuldades, especialmente da parte do BRASIL, no que concerne à obtenção de resultados mais consistentes nos programas de estabilização econômica, induzem a incertezas quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos. Tais questões demandarão maiores e mais concentrados esforços das instituições envolvidas no processo, de modo a viabilizar as soluções pertinentes e, com isso, não só levar os eventuais grupos resistentes a uma reversão de expectativa, mas, também, criar as condições objetivas para o alcance do fim colimado.

No contexto das questões identificadas como capazes de dificultar a conformação do MERCOSUL, cabe destacar a ênfase que os parceiros brasileiros vêm dando à política agrícola lançada pelo Governo COLLOR, a qual estaria fundamentada, especialmente na visão argentina, na cobrança de juros baixos nos financiamentos às exportações, na formação de estoques oficiais e na fixação de preços mínimos, que, eventualmente, poderiam ficar acima dos preços de mercado. Isso, em última análise, configuraria uma política de subsídios, portanto incompatível com o atual contexto econômico internacional, de formação de mercados livres.

Com relação a esse posicionamento, é oportuno mencionar que o setor agrícola brasileiro, mormente aquele alicerçado em pequenas e médias empresas, é o segmento da economia nacional com maior preocupação com os possíveis efeitos do MERCOSUL, em função da desvantagem que apresenta em sua estrutura de custos, se comparada com as dos países vizinhos, especialmente ARGENTINA e URUGUAI.

Z1: S1M - G-12 - CO-2

W/FS1/00187/115/B1C/240692

CONFIDENCIAL

Ainda no tocante à prática de subsídios, há questionamentos quanto às tarifas públicas cobradas no BRASIL que, conforme estudos realizados, estariam defasadas em relação aos níveis internacionais.

Outro ponto de fundamental importância para a conformação do MERCOSUL refere-se à necessária adoção de políticas harmônicas pelos países, especialmente aquelas pertinentes às áreas monetária e cambial, à propriedade intelectual e industrial, à remessa e ingresso de capitais, à fixação de tarifas aduaneiras comuns e à equalização da carga tributária interna, de forma a tornar essas economias mais atrativas aos capitais externos, bem como a permitir-lhes melhores condições de competição no mercado internacional.

Sobre esse enfoque, convém ressaltar que analistas econômicos, de uma maneira geral, consideram que o BRASIL adota, no conjunto, uma legislação mais restritiva e complexa do que os seus parceiros, o que tende a ser um obstáculo à plena introdução do País à economia de mercado e um fator a colocá-lo em desvantagem no contexto do MERCOSUL. Para esses analistas, além de uma excessiva carga tributária, a política de juros altos cobrados ao setor produtivo tende, também, a favorecer os países vizinhos na atração de novos investidores.

Afora esses fatores, com a formação do mercado regional, grandes grupos econômicos transnacionais não necessitarão mais estabelecer-se no País para obter acesso ao mercado interno, podendo fazê-lo nos demais países integrantes do MERCOSUL. Isso implica necessária e urgente reavaliação das políticas internas, sob pena de o País vir a enfrentar um processo de descapitalização.

No que concerne à busca de uma harmonização das políticas intra-regionais, impõe-se como fundamental a criação de uma instância formal multilateral de integração dessas políticas, que devem ser adotadas de forma sincronizada, em função da necessária compatibilização entre elas, da premência de tempo para a consolidação do mercado comum e das próprias características do processo de formação de um mercado dessa natureza.

Nessas circunstâncias, a 2ª Reunião do Conselho do MERCOSUL, a ser realizada a partir de 26 do mês corrente, em LAS LEÑAS/ARGENTINA, afigura-se como da maior importância para o projeto, especialmente pela perspectiva de fixação de um cronograma determinando os passos que deverão ser dados pelos países, até 94, para a consolidação do mercado comum. A aceitação conjunta desse compromisso, além de ratificar o interesse político dos respectivos governos em relação à iniciativa, sinaliza para o segmento empresarial quanto ao caráter de irreversibilidade do processo, o que contribuirá para o crescente engajamento do setor, que deverá ser, efetivamente, o principal vetor para a consolidação do novo mercado.

Além da questão do cronograma, três outros temas da agenda da reunião merecem algumas observações: o hidroviário, o do meio ambiente e o das empresas binacionais.



Ressalte-se que a aludida reunião revela um objetivo que transcende ao próprio MERCOSUL, qual seja o de que os países venham a assinar um acordo negociado no âmbito da ALADI, que envolverá também a BOLÍVIA, para a integração fluvial dos cinco países, através da hidrovia PARAGUAI/PARANÁ. O projeto estava em estudo quanto a sua viabilidade econômica e possíveis benefícios para os países afetados, o que vem sendo feito com recursos oriundos de organismos multilaterais e atende a uma importante zona produtora, onde poder-se-á gerar novos excedentes exportáveis como resultado da habilitação de áreas cultiváveis na alta bacia do Rio Paraguai.

Ainda como prováveis implicações de natureza econômica decorrentes da modernização da hidrovia, destacam-se a redução dos custos dos transportes, bem como do tempo consumido entre o embarque e o desembarque de mercadorias; o aumento de confiabilidade do sistema, resultando na diminuição de multas e prejuízos conseqüentes da demora na entrega das cargas; a redução no consumo de combustíveis, estimado em 30% para 1995 e em 50% para o ano 2000; a geração de novos empreendimentos, alentada pelas articulações interindustriais e a reativação das economias regionais mediante maior intercâmbio comercial; a melhora da qualidade de mão-de-obra; e, ainda, os aumentos dos níveis de emprego e renda.

Por outro lado, conforme publicado pela Revista **Integración Latinoamericana**, de JUN 91, cabe destacar: a necessidade de se aprofundar estudos relacionados à identificação dos possíveis impactos ambientais do projeto; o conhecimento dos sistemas de provisão do nível das águas e de profundidades; o detalhamento das instalações e equipamentos portuários; e o conhecimento do mercado, sob a ótica dos agentes econômicos dos países envolvidos.

No que concerne à questão ambiental, dois fatos importantes marcaram a discussão do tema e devem servir de marco para qualquer decisão nessa área: a declaração de CANELA/RS, em fins de 91, quando os Presidentes dos quatro países estabeleceram as diretrizes comuns; e a Conferência sobre o MERCOSUL, Meio Ambiente e Aspectos Fronteiriços (ECOSUL), realizada entre 23 e 27 Mar 92, em FOZ DO IGUAÇU/PR, com a presença de organismos governamentais e não-governamentais dos países integrantes.

Durante o evento foram discutidos, com grande profundidade, em grupos de trabalho (GT) específicos, os principais aspectos preocupantes na problemática ambiental comum, nos setores de energia, legislação e saneamento ambiental, agrotóxicos e contaminação e manejo e conservação do solo, água, flora e fauna. Além de amplos diagnósticos da situação de cada uma das áreas enfocadas, foram feitas diversas propostas para a solução dos problemas levantados.

Cada GT contou com a participação de técnicos dos quatro países. Convém ressaltar que não foi observada a citação de funcionários de órgãos federais brasileiros nos diversos grupos de trabalho. Os participantes nacionais, normalmente, eram representantes dos governos estaduais, em especial do RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ e SANTA CATARINA, enquanto membros dos Governos centrais

dos outros três países se fizeram presentes. Este aspecto pode ser melhor observado na **"Declaração da ECOSUL 92"**, que não foi assinada por nenhum servidor federal brasileiro. A Declaração, que contém as propostas gerais da ECOSUL, consta do anexo 1.

No tocante ao **"grupo legislação ambiental"**, um fato relevante foi a divulgação de um comunicado dos Promotores de Justiça dos três Estados sulinos, criticando o Governo Federal por não haver proporcionado as condições necessárias para a ampliação do debate público em torno do projeto de lei de consolidação da Legislação Ambiental Federal Brasileira. Enfatizaram que, no momento em que se discute a uniformização da legislação ambiental dos países integrantes do MERCOSUL, não poderia, em hipótese alguma, ser olvidada a troca de idéias com os demais participantes do Tratado de Assunção, a respeito de assunto de tal magnitude e do interesse de todos os Estados envolvidos (Anexo 2).

As organizações não-Governamentais (ONGs) também prepararam um documento para o MERCOSUL, cujas principais posições e propostas foram:

- a substituição do termo **"desenvolvimento sustentado"** pelo **"ecodesenvolvimento"**, em todos os documentos oficiais que venham a ser elaborados pela ECOSUL, por entenderem que esse conceito ultrapassa os limites da concepção do atual modelo de desenvolvimento;

- a aceitação de financiamentos internacionais para projetos ecológicos, desde que a fundo perdido;

- a criação de um Conselho de Meio Ambiente dentro do MERCOSUL, no qual seja possível a efetiva participação das ONGs;

- a participação das ONGs na Câmara Permanente Executiva e de Programação, criada dentro do MERCOSUL, e na elaboração do programa ambiental dos países membros;

- a criação de **"um sistema integrado de áreas protegidas"**, diante da devastação no Oeste do PARANÁ, no Alto PARANÁ (PARAGUAI) e na Província de MISSIONES (ARGENTINA), e da **"dificuldade de atos conjuntos"**;

- a unificação da legislação e a introdução de audiências públicas, com o fim de esclarecer a população sobre a natureza, reais riscos e vantagens de alguns empreendimentos conjuntos, particularmente os projetos de gasoduto da BOLÍVIA e ARGENTINA e a hidrovia TIETÊ-PARANÁ, devido à capacidade de causar grandes impactos ambientais em ecossistemas como o pampa, **"gran-chaco"** e pantanal.

Como forma de demonstrar o firme propósito de participar ativamente das tratativas da questão ambiental no âmbito do MERCOSUL, as ONGs resolveram criar um fórum das entidades dos respectivos países que compõem o MERCOSUL e que estas adotem, entre outras, as seguintes ações conjuntas: formação de grupos ou consórcios internacionais de ONGs para monitoramento, acompanhamento e elaboração de projetos de cooperação; elaboração de uma agenda



comum para a questão da educação ambiental, com vistas ao MERCOSUL; inserção das ONGs em todas as instituições internacionais para a região, que envolvam políticas de desenvolvimento e meio ambiente, para influir na tomada de decisão e definição de políticas ambientais; e busca de financiamento em conjunto para as atividades programadas.

Dos aspectos abordados na ECOSUL, ressaltam-se a problemática ambiental enfrentada pelos quatro parceiros do MERCOSUL, particularmente nas suas áreas de fronteira, e a necessidade da ampliação dos debates - além dos três Estados mais diretamente afetados - e de uma maior presença de representantes dos organismos federais nas discussões do tema. Ademais, uma aproximação com as ONGs torna-se cada vez mais indispensável, não mediante apenas ações complementares, mas de uma conjunção de esforços para a superação dos graves problemas ambientais, a despeito do fato de essas organizações continuarem defendendo algumas bandeiras ultrapassadas, como as relacionadas à conversão da dívida e de obtenção de financiamentos a fundo perdido.

No tocante à ratificação do Tratado, visando à instituição do Estatuto sobre Empresas Binacionais, celebrado entre BRASIL e ARGENTINA, isso é visto como um importante passo para estreitar, ainda mais, os laços entre os dois países e viabilizar os objetivos maiores do MERCOSUL, porquanto daria seqüência às experiências brasileiro-paraguaia e argentino-paraguaia, nos setores de energia elétrica. Ademais, é uma evolução natural para associações conjuntas dos quatro parceiros e com possíveis membros, como a BOLÍVIA, tendo em vista os diversos projetos comuns nas áreas de transporte, energia e telecomunicações.

Porém, as maiores facilidades para o encaminhamento desse tipo de associação e o fato de que os futuros acordos não deverão conter cláusulas tão rígidas - que impeçam um parceiro de fornecer excedentes do produto a outros países - tornam cada vez mais difícil a manutenção dos atuais regulamentos da Itaipu Binacional. Isso porque, desta vez - não só por ação direta paraguaia, mas também argentina - deverão ressurgir as pressões para a adequação dos regulamentos da Itaipu aos das empresas que venham a ser formadas, com vistas a igualar os tratamentos dentro da concepção do Tratado de Assunção.

Nesse contexto, o BRASIL deve preparar-se para evitar qualquer condicionalidade que vincule as futuras associações a uma flexibilização no texto do Estatuto da Itaipu Binacional, pelo menos a curto prazo. O principal argumento deve recair sobre os aspectos econômicos, principalmente a carência energética nas regiões Sul e Sudeste, inclusive diante da paralisação dos projetos de energia nuclear.

Os pontos abordados evidenciam que a viabilização da integração no âmbito do MERCOSUL extrapolam as questões de política dos governantes e da assimetria dos diversos aspectos da vida econômica, legislativa, política e social de cada membro. Há uma infinidade de fatores que podem dificultar inclusive o estabelecimento de uma zona de livre comércio e união aduaneira, dentre os quais os relacionados às questões ambientais e ao elevado

montante de recursos para adequar uma infra-estrutura mínima indispensável. Para tanto, deverá haver um crescente engajamento do setor privado, porquanto as administrações centrais não dispõem de condições para bancar os projetos e nem contam com o total apoio dos organismos financeiros multilaterais para realizá-los.

Outro fator que merece ser avaliado é a velocidade com que o MERCOSUL vem sendo implementado e a abrangência dos assuntos pertinentes, que tornam cada vez mais difícil a exclusão, por muito tempo, da BOLÍVIA. Em termos estratégicos para o BRASIL, a inserção desse país é interessante em função dos projetos energéticos e hidroviários de interesse comum.

\* \* \*

**Anexo:**

- 1 - Declaração da ECOSUL 92
- 2 - Comunicado dos Promotores de Justiça dos três Estados sulinos.



Conferência sobre MERCOSUL  
Meio Ambiente e Aspectos Transfronteiriços

# ANEXO "1"



Conferencia MERCOSUR  
Medio Ambiente y Aspectos Transfronteizos

## DECLARAÇÃO DA ECOSUL 92

Tendo como marco a Declaração de Canela e os resultados dos trabalhos da CONFERENCIA SOBRE O MERCOSUL, MEIO AMBIENTE E ASPECTOS TRANSFRONTEIRIÇOS - ECOSUL 92, realizada no período de 23 a 27/03/92 no cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, Brasil, com a presença de organismos governamentais, internacionais e não governamentais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, países do MERCOSUL,, e tendo em conta que:

- Sendo a Bacia do Prata uma unidade biogeográfica indivisível, compete aos países do MERCOSUL sua conservação e proteção, para as quais se deverá compartilhar e integrar os recursos técnicos científicos existentes, com o fim de obter um desenvolvimento sustentável que seja socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente aceitável para as atuais e futuras gerações.
- A visualização da expansão , aceleração e integração das economias nacionais, através da eliminação de barreiras tarifárias, livre circulação de mercadorias, pessoas e capitais, assim como a implantação de novos projetos impulsionados pelo MERCOSUL acarrearão e acentuarão a pressão sobre os recursos naturais e os processos de degradação ambiental.
- O trabalho conjunto dos participantes da ECOSUL 92 objetiva melhorar progressivamente a qualidade de vida e o bem-estar dos seus povos, é necessário destinar todos os meios para plasmar, na prática, uma mobilização equilibrada e coerente.

Sugere-se:

1. Que os governos nacionais dos Estados participantes do Tratado de Assunção constituam, na órbita do GRUPO MERCADO COMUM (art. 13), um subgrupo técnico de trabalho especializado sobre questões ambientais;





Conferência sobre MERCOSUL  
Meio Ambiente e Aspectos Transfronteiriços



Conferencia MERCOSUR  
Medio Ambiente y Aspectos Transfronteizos

2. Instituir a ECOSUL como conferência ordinária anual, como espaço institucional de intercâmbio de experiências e informação, a qual deve reger-se pelo princípio de rotação entre os países;

3. Estabelecer, com brevidade, comissões técnicas especializadas de acordo com a temática proposta pelos grupos de trabalho durante a ECOSUL 92;

4. Aperfeiçoar os mecanismos de cooperação regional para uma atuação coordenada entre os países e organismos internacionais presentes na região evitando-se superposições de esforços;

5. Que os Governos, Organizações Governamentais, não governamentais e pessoas individuais desenvolvam esforços para a criação de mecanismos adequados de integração regional a nível das fronteiras, a fim de promover um processo de gestão ambiental compartilhado;

6. Informar sobre os atos e decisões governamentais e privadas na área ambiental, particularmente as que afetam ecossistemas compartilhados;

7. Que os países do MERCOSUL adotem uma política comum com relação aos tratados internacionais referentes ao meio ambiente;

8. Promover a participação da comunidade através de instituições da sociedade civil e os meios de comunicação social visando padrões de conduto ambientalmente saudáveis;

9. Implementação de uma política de educação ambiental e a difusão da massiva da sua problemática em todos os níveis da sociedade; 2





Conferência sobre MERCOSUL  
Meio Ambiente e Aspectos Transfronteiriços



Conferencia MERCOSUR  
Medio Ambiente y Aspectos Transfronterizos

10. Que a decisão de realização de grandes obras se efetue com a consulta e aprovação dos estados, províncias e comunidades afetadas.

Foz do Iguaçu, 27 de março de 1992

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOBIERNO DE LA PROVINCIA DEL CHACO

GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE MISSIONES

GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE FORMOSA

SUBSECRETARIA DE LOS RECURSOS NATURALES Y MEDIO AMBIENTE DE LA REPUBLICA DEL PARAGUAY

MINISTERIO DE VIVIENDA, ORDENAMIENTO TERRITORIAL Y MEDIO AMBIENTE DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

PROVINCIA DE ENTRE RIOS (R.4)  
GOVERNO DA PROVINCIA DE ENTRE RIOS

PROV. DE CORRIENTES  
PROVINCIA DE CORRIENTES

COMISSAO NACIONAL DE POLITICA AMBIENTAL DA PRESIDENCIA DA NAÇÃO ARGENTINA



Conferência sobre MERCOSUL  
Meio Ambiente e Aspectos Transfronteiriços

# ANEXO "2"



Conferencia MERCOSUR  
Medio Ambiente y Aspectos Transfronterizos

OS PROMOTORES DE JUSTIÇA DOS ESTADOS DE SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL E PARANA, integrantes do grupo de legislação ambiental, verificaram que em razão de obstáculos metodológicos, ficou relegada para segundo plano questão de máxima relevância, que deveria ser objeto de análise, qual seja, a de ampliar o debate público em torno do anteprojeto de lei de Consolidação da Legislação Ambiental Federal Brasileira, recentemente publicado para coleta de sugestões.

A questão é pertinente especialmente no momento em que o Brasil pretende instituir uma Consolidação das Leis Ambientais e este projeto de Consolidação foi elaborado de forma a afastar toda a sociedade civil da discussão que deveria perpassar a feitura do diploma legal. Sintomática desse propósito foi a concessão de prazo extremamente exíguo para o oferecimento de sugestões ao anteprojeto, iniciado, ademais, poucos dias antes do carnaval.

Por outro lado, no momento em que se discute a uniformização da legislação ambiental dos países integrantes do Mercosul, não poderia, em hipótese alguma, ser olvidada a troca de idéias com os demais participantes do Tratado de Assunção, a respeito de assunto de tal magnitude e do interesse de todos os Estados envolvidos.

Também os órgãos ambientalistas estaduais, ao que consta, não foram consultados de forma suficiente, antes da divulgação do anteprojeto.

Por isso, os signatários sugerem que conste do documento final da Conferência um pleito de reabertura da discussão do projeto de Consolidação, tanto para consulta efetiva da sociedade civil, quanto para oportunizar uma ampla discussão no âmbito do Mercosul.

Foz do Iguaçu, 26 de março de 1992.

Antonio Carlos Brasil Pinto  
Ministério Público de Santa Catarina

Pedro Roberto Decomain  
Ministério Público de Santa Catarina

Paulo de Tarso Brandão  
Ministério Público de Santa Catarina

Cláudio Bonatto  
Ministério Público do Rio Grande do Sul

Orci Paulino Bretanha Teixeira  
Ministério Público do Rio Grande do Sul

Saint-Calir Honorato Santos  
Ministério Público do Paraná

PROJETO DE AGENDAII CONSELHO DO MERCOSUL COM A PRESENÇA DOS PRESIDENTES

- 1 - Projetos de decisão aprovados pelo GMC
    - a) Cronograma
    - b) Mútuo reconhecimento de normas sobre pesos e medidas
    - c) Criação de reunião especializada sobre Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente.
  - 2 - Educação - aprovação do Plano Trienal
  - 3 - Justiça - Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa.
  - 4 - Turismo
  - 5 - Estatuto das empresas binacionais
  - 6 - Resolução no. 4 da Comissão Parlamentar Conjunta (parágrafo na Declaração ou Decisões do Conselho)
  - 7 - Comunicado Final
    - y Hidrovia
    - x Eixo Rodoviário
    - Secretaria Técnica (Menem)
    - x Vinculação MERCOSUL-ALADI, NAFTA, 4+1, CEE
  - 8 - Atos para Assinatura
    - x Acordo Pres. Meio Ambiente (ALADI)
    - Acordo sobre Telef. Móvel Celular
    - x Acordo Transp. Fluvial (Hidrovia)
    - x Troca Inst. Ratif. Trat. Est. Emp. Binac.)
- Enrique Iglesias vai estar presente
- Cooperação BID/MERCOSUL



## REUNIÃO SETORIAL SOBRE O MERCOSUL

**Pauta:** Planejamento estratégico do Governo brasileiro para preparar as ações políticas, econômicas e jurídico-institucionais a serem desenvolvidas até o segundo semestre de 1994, quando culmina o período de transição previsto no Tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL.

### PRESSUPOSTOS DA AÇÃO BRASILEIRA

#### A. Pressupostos relativos à constituição do MERCOSUL

1. O Governo brasileiro procurará cumprir os objetivos e metas previstas no Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, que cria o MERCOSUL.
2. Os objetivos e prazos previstos no período de transição, de conformação de uma zona de livre comércio e de uma união aduaneira até 31.12.94, poderão ser alcançados.
3. O objetivo de constituir um mercado comum entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, com a livre movimentação de bens, serviços e fatores produtivos (capital e mão-de-obra), como previsto no Artigo 10. do Tratado de Assunção, difícilmente poderá ser alcançado até o final de 1994.
4. Para o cumprimento do Tratado de Assunção deve haver vontade política dos Governos dos países membros no sentido de se adotarem as medidas internas e externas para permitir plena e efetiva liberalização do comércio no interior da região, bem como a adoção da tarifa externa comum. Nesse

contexto, será necessária crescente intervenção nos níveis presidencial e ministerial (em especial por parte dos ministros de Economia e de Relações Exteriores).

5. Necessidade de o Brasil traçar as diretrizes básicas para as negociações com os demais parceiros do MERCOSUL, nos próximos dois anos e meio, fixando um cronograma para a tomada de decisões com vistas a viabilizar as metas previstas no Tratado de Assunção.

6. Conveniência de criar condições internas de ajuda a certos setores industriais e agrícolas que deverão ser afetados a médio e a longo prazo (programa de reconversão agrícola e de modernização industrial).

## **B. Pressupostos de Caráter Geral**

1. A América Latina, e dentro dela o Cone Sul, tornou-se uma das áreas prioritárias da política econômica e comercial externa brasileira. A decisão de engajar nosso país em um processo de integração bilateral com a Argentina e, ulteriormente, em nível subregional, representa uma das decisões políticas de maior importância do Governo brasileiro.

2. A integração subregional é um dos muitos aspectos da inserção brasileira na economia mundial. O Brasil tem interesses diversificados no setor de comércio exterior

(trata-se de um "global trader") e favorece por isso um sistema multilateral aberto e forte, capaz de assegurar regras transparentes e de possibilitar o aproveitamento de oportunidades par ampliar e diversificar o comércio exterior. O esforço pela integração subregional complementa o engajamento global e representa uma ação adicional à busca constante de acesso aos mercados desenvolvidos (65% do intercâmbio externo).

3. A integração subregional é um passo importante para fortalecer a democracia, para modernizar a economia e aumentar a competitividade dos agentes econômicos. É um exercício concreto que tem importante função didática: já vem preparando nossos empresários para os efeitos da abertura comercial com o resto do mundo; já está promovendo intensa interação entre os órgãos do Governo com o objetivo de tornar medidas de racionalização nas áreas de comércio exterior, aduanas, normas técnicas e muitas outras.



## MERCOSUL

### Balanço do Primeiro Ano

#### 1) O MERCOSUL e a Política Interna Brasileira

O programa de desgravação tarifária do MERCOSUL é uma continuação do esquema aplicado bilateralmente entre o Brasil e a Argentina desde 1988.

Somente agora, contudo, a sociedade civil, de forma crescente, começa a interessar-se pelo assunto: multiplicam-se seminários, conferências, artigos especializados e empresas de consultoria em temas de MERCOSUL. A principal mudança ocorreu com o setor privado, que, de atitude inicial de clara desconfiança e descrédito, está evoluindo para uma posição de acompanhamento interessado e, em alguns setores, para uma ação direta de engajamento e de apoio pelo efeito demonstração do fechamento de negócios concretos.

O MERCOSUL iniciou 1992 com um desdobramento importante. Até aqui as negociações, basicamente técnicas, se restringiam às áreas relacionadas com as políticas de comércio exterior e industrial. Na reunião de dezembro de 1991 do Conselho, foram criados fóruns para o exame de temas referentes a relações trabalhistas, educação, justiça e turismo, dando uma forte ênfase ao aspecto social das negociações. O MERCOSUL se ampliou e tornou mais complexo e sofisticado o processo negociador.

Na fase atual de desgravação tarifária, de

redução das listas de produtos sensíveis e de redução de restrições não-tarifárias, os efeitos da liberalização do comércio ainda não começaram a afetar de maneira // significativa os diferentes setores internos nos quatro // países. A partir do corrente ano, com a redução tarifária acima de 60%, alguns setores mais vulneráveis deverão // sofrer algum impacto negativo. Serão beneficiados os setores // que procurarem ajustar-se às novas realidades, modernizarem-se e aumentarem sua competitividade. Ficarão prejudicados, podendo até desaparecer, aqueles que se recusarem a aceitar as mudanças e apegarem-se às suas ineficiências, na esperança de poder contar ainda com o auxílio assistencial do Estado, que desta vez dificilmente virá.

Especial atenção, nesse aspecto, deverá ser dada à implementação de políticas de reconversão no setor agrícola e de modernização do setor industrial. Estudos que // identificam esses setores (sobretudo trigo, lácteos e // carne, na área agrícola, petroquímica e bens de capital, na área industrial) e que ofereçam fórmulas concretas de apoio poderão ser custeados por instituições financeiras internacionais.

O MERCOSUL hoje, em especial nos Estados do // Sul, é um fato político que não pode ser ignorado. Os prazos // e objetivos estabelecidos no Tratado, para serem cumpridos, reduzindo-se a um mínimo os custos internos, deverão merecer um tratamento integrado por parte dos diferentes setores do Governo Federal diretamente interessados.

Em documento à parte são apontados os passos a serem dados até dezembro de 1994.

## **2) O Setor Privado e o MERCOSUL**

A participação do setor privado é vital para o êxito do MERCOSUL. A percepção de que o Governo não vai alterar as regras estabelecidas no Tratado, aliada a perspectivas positivas de oportunidades comerciais e negativa de receio de conseqüências contrárias para alguns setores, fizeram com que tenha aumentado, de forma geométrica, o interesse dos operadores econômicos nacionais e dos investidores externos.

Na reunião de dezembro de 1991 do órgão de cúpula do Tratado, o Conselho do MERCOSUL, foi regulamentada a participação do setor privado, tanto empresarial quanto dos trabalhadores, em todo o processo de negociação dos 11 subgrupos de trabalho.

A fim de propiciar um canal institucional - a exemplo do que ocorre na CEE, com o Conselho Econômico e Social - para que o setor privado (patronato e sindicatos de trabalhadores) possa examinar e debater com o Governo, sempre a título consultivo, as grandes políticas do MERCOSUL, está sendo proposta a criação do Fórum nacional do MERCOSUL, como órgão assessor do Grupo Mercado Comum.



### **3) Balanço do 1o. Ano**

#### **Afirmação institucional interna e externa**

Todos os órgãos criados no contexto do Tratado de Assunção estão funcionando regularmente. O Grupo Mercado Comum (GMC) começou a reunir-se ainda antes da ratificação e entrada em vigor do Tratado, orientando e coordenando os 11 (onze) subgrupos de trabalho e as comissões ad hoc. Ainda nessa fase, o GMC ocupou-se da instrumentação do Tratado na ALADI e de sua apresentação às Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Também foram iniciados contatos com terceiros países e blocos de países, de que são testemunho o Acordo MERCOSUL-EUA, firmado quando da visita do Senhor Presidente da República àquele país em junho de 1991, e os encontros de chanceleres do MERCOSUL com seus colegas da CEE em duas oportunidades (Luxemburgo, em 1991 e Guimarães, em 1992) dos quais resultou a assinatura de um Acordo de Cooperação Interinstitucional entre a Comissão das Comunidades Europeias e as instituições do MERCOSUL.

#### **Definição de regras transparentes para os operadores comerciais**

Do ponto de vista institucional, várias medidas já foram adotadas para criar um ambiente propício ao comércio e aos investimentos na sub-região, assim como para assegurar condições de livre concorrência num espaço econômico integrado:

1o.) o Protocolo de Brasília sobre Solução de Controvérsias que, ao garantir o efetivo cumprimento das normas comunitárias, vem trazer segurança jurídica às empresas da região e de terceiros países;

2o.) definição dos termos de referência dos acordos setoriais, instrumentos suscetíveis de facilitar a especialização intra-industrial, a racionalização da produção e a incorporação de novas tecnologias. Um primeiro acordo setorial, siderúrgico, foi assinado e entrará em vigor em breve; e

3) a regulamentação das regras de origem, inclusive o regime de sanções em casos de fraude, que também visa assegurar condições equitativas de concorrência comercial na região.

Encontram-se em estudo regras comuns para regular práticas desleais de comércio (dumping e subsídios) e abuso ao poder econômico (oligopólios).

### **Expansão do comércio e dos investimentos intrarregionais**

Em 1991, primeiro ano do MERCOSUL, embora ainda não de uma efetiva e ampla liberalização das trocas, confirmaram-se as potencialidades do intercâmbio intra-regional, com um crescimento estimado do "turnover" global da ordem de 36% sobre o ano anterior (cerca de 4,9 bilhões de dólares, contra 3,6 em 1990). As exportações brasileiras para o MERCOSUL cresceram 77% passando de US\$ 1,3 bilhão em 1990 para US\$ 2,3 bilhões em 1991.

As perspectivas para 1992, que será de fato o primeiro ano de funcionamento do Tratado, parecem ser ainda melhores, mais não fosse pela atração oferecida pela desgravação alfandegária (de 60%, na média) e pela redução da lista de exceções. De um modo geral, o ritmo de expansão do comércio intra-regional tem sido, para todos os países, superior às taxas de crescimento de suas exportações totais. Nos primeiros três meses de 1992, as exportações brasileiras para a Argentina cresceram 150%, tendo aumentado em média, de 50% para o conjunto da ALADI. (em 1992, preve-se um intercâmbio comercial no MERCOSUL de mais de US\$ 6 bilhões dos quais US\$ 4 bilhões com a Argentina).

Mais importante, cresceu extraordinariamente o número de alianças e associações industriais ou comerciais envolvendo parceiros dos quatro países, numa demonstração de que a abertura de mercado tem encontrado respostas positivas por parte do setor empresarial. A consolidação do MERCOSUL também tem atraído, de forma crescente, o interesse de investidores de terceiros países, a começar dos EUA, da Europa e do Japão.

#### **4) Programa de Ação para 1992**

O Conselho do Mercado Comum, por expressa orientação dos Presidentes, estabeleceu as seguintes diretrizes para o corrente ano:

- a) aprofundar o exame para definição da tarifa externa comum a partir de critérios



metodológicos acordados;

b) adotar medidas para assegurar condições de concorrência leal entre os países do MERCOSUL e terceiros mercados;

c) avançar na desregulamentação do transporte;

d) dar prioridade à definição de normas técnicas que assegurem qualidade e competitividade internacional, facilite a expansão do comércio e protejam o consumidor do MERCOSUL;

e) maximizar o aproveitamento dos recursos energéticos da região; e

f) coordenar posições em foros multilaterais econômicos.

#### **5) O MERCOSUL e os grandes projetos conjuntos**

O sucesso pleno da integração depende, em grande medida, de que o livre trânsito de bens, serviços e pessoas possa ser efetivamente assegurado no território comum aos quatro países membros. Nesse sentido, assume importância estratégica o planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura, sobretudo nos setores de energia, transportes e comunicações. Três projetos assumem destaque nesse contexto:

a) implementação de obras para facilitar a navegação na Hidrovia Paraná-Paraguai *mn*

(estudos estão sendo feitos com recursos do BID), com vistas a beneficiar zonas produtoras brasileiras do Centro-Oeste;

b) a construção, sob regime de concessão pública, de eixo vial (auto-estrada e ponte) ligando Porto Alegre a Buenos Aires; e

c) fornecimento de gás boliviano e argentino ao Brasil; projetos de grande evergadura, que poderão ser viabilizados com a construção de gasodutos inicialmente com a Bolívia e posteriormente com a Argentina e pela participação da Petrobrás, em associação com a YPF argentina, em licitação para a exploração das reservas de gás do noroeste argentino.

# Collor lançará Fórum sobre o Mercosul

Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — Tão logo retorne de Las Leñas, na Argentina, onde estará de 25 a 28 de junho, o presidente Fernando Collor lançará o Fórum Nacional de Debates sobre o Mercosul, acolhendo sugestão apresentada, ontem, pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, em reunião realizada no Palácio do Planalto.

O presidente disse que o Fórum poderá mostrar que o Mercosul — mercado comum envolvendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai — é viável, dissipando os temores registrados no Sul do país.

— É importante a atuação dos estados do Sul, principalmente o Rio Grande do Sul, porque eles têm a linha de frente — disse Collor.

segundo a idéia do presidente, terá a



Dorothea, Marcílio e Borja na primeira reunião com Collor sobre o Mercosul

participação de empresas privadas, Governo e outras entidades que se interessarem. Os principais pontos de discussão no Fórum serão as punições pa-

ra as fraudes dos produtos, a partir de certificados de origem ainda a serem criados; a adoção de normas técnicas comuns para a fabricação de produtos; e acor-

dos sobre as tarifas externas comuns aos quatro países.

Para o ministro Celso Lafer, o Mercosul é a base competitiva do Brasil no mercado global. Ele citou que os quatro países que compõem o futuro mercado representam a metade do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina.

O presidente disse que o Mercosul — a ser implantado até 1994 — é uma das prioridades de seu Governo e significa a oportunidade de o país se tornar competitivo:

— O mundo muda e quem não acompanhar estas mudanças ficará inapelavelmente para trás. O Mercosul deixa claro que temos que produzir com qualidade aceitável pelo mercado e a preços competitivos — disse.



# Exportação para o Mercosul cresce 84%

José Ramos

BRASÍLIA

— Um ano após ser implantado pelo Tratado de Assunção, o Mercado Comum dos Países do Cone Sul (Mercosul) já mostra resultados: as exportações brasileiras para Argentina, Uruguai e Paraguai cresceram 84% nos quatro primeiros meses do ano, atingindo US\$ 1,085 bilhão, comparado com US\$ 589 milhões no mesmo período do ano passado. Com esta virada, a Argentina passou a ser o segundo maior parceiro comercial do Brasil, perdendo apenas para os Estados Unidos, e desbancando Alemanha, Japão e Holanda. E o intercâmbio comercial entre os quatro países, que foi de US\$ 3,1 bilhões em 1990, passou para US\$ 4,9 bilhões em 1991, e poderá fechar este ano em US\$ 6 bilhões, segundo previsão do chefe do Departamento de Integração do Itamaraty, embaixador Rubens Barbosa.



Rubens Barbosa

Aos empresários brasileiros ainda céticos, Barbosa oferece outro argumento: os dois parceiros comerciais históricos brasileiros, Comunidade Econômica Europeia e Estados Unidos, estão se tornando mercados cada vez mais difíceis. A CEE estagnou sua participação em 30% das exportações brasileiras, e os Estados Unidos caíram do patamar de 30% para cerca de 20%. Em compensação, os países do Mercosul, que consumiram 4% de nossas exportações em 1989 e 1990, aumentaram sua participação para 7,3% em 1991 e já estavam em 10,2% até abril deste ano, consumindo US\$ 1,085 bilhão, dos US\$ 10,625 bilhões exportados pelo Brasil.

Além de estar em franca expansão, o Mercosul forma um mercado nobre, segundo o embaixador, pois 88% das exportações para a região são de produtos manufaturados, índice superior à média

das exportações em geral, onde os manufaturados representam apenas 60% das vendas. Nos três primeiros meses do ano, por exemplo, 43% das vendas para a Argentina, o maior parceiro do Brasil na região, foram formadas por produtos químicos, máquinas e equipamentos, produtos metalúrgicos, e 26% por automóveis e peças.

**Avanço** — Um novo impulso poderá ser dado ao programa de integração na próxima sexta-feira, dia 26, quando se reúnem em Las Leñas, Argentina, os presidentes do Brasil, Fernando Collor de Mello, Argentina, Carlos Menem, Uruguai, Andres Lacalle, e do Paraguai, Andrés Rodriguez. Do encontro poderá sair o cronograma com os passos que deverão ser dados pelos países até 1994, data final para a implantação do livre mercado, e também o estatuto da empresa binacional, a ser assinado entre Brasil e Argentina. O acordo permitirá que empresas de capital bi-nacional, com participação limitada de sócios estrangeiros, recebam os mesmos benefícios das empresas de capital brasileiro ou argentino.

Deverá se assinado também o acordo de navegação fluvial, deflagrando o processo de modernização da hidrovia Paraná-Paraguai, que une com seus 3.500 km a Bolívia aos quatro países do Mercosul.

Também merecem destaque em sua lista de prioridades o gasoduto que trará ao Brasil o gás boliviano e argentino e a construção do Eixo Rodoviário sul-americano, que ligará Porto Alegre, Montevideu, Colônia e Buenos Aires. O projeto será construído inteiramente com capital privado, sendo a obra paga com os resultados da exploração comercial da via. A Lei de Concessão dos Serviços Públicos, aprovada pelo Congresso brasileiro na semana passada, permitirá que o Brasil se integre ao programa nas condições dos demais países.

O embaixador observa que o Mercosul também foi descoberto pela comunidade internacional. Os Estados Unidos já assinaram acordo de cooperação com o Mercosul, e a Comunidade Econômica Europeia já tem até um escritório ligado ao Mercado. O mesmo interesse foi demonstrado pelos japoneses.

## Desafio será a agricultura <sup>21/6/92</sup>

**P**orto Alegre — A agricultura brasileira, especialmente a do Rio Grande do Sul, poderá sofrer dificuldades com a implantação do Mercosul, se não houver mobilização. A afirmação é do diretor da estação experimental de Caxias do Sul, Jaime Lovatel.

Em relação à Argentina e ao Uruguai, disse ele, "estamos cinco anos atrasados. Há mais de cinco anos os dois países têm enviado técnicos para o Brasil, a fim de estudar que produtos eles devem cultivar para abastecer o mercado brasileiro". Lovatel disse também que argentinos e uruguaios estão aplicando técnicas recentes para diminuir os custos da produção e melhorar a qualidade.

"Enquanto isto, acrescenta, aqui não se adota qualquer providência e os nossos agricultores

estão desassistidos de novas tecnologias e de uma base sólida de pesquisas".

**Arroz** — Reduzir os custos de produção de arroz para viabilizar critérios únicos para composição destes custos no Mercosul é a principal preocupação dos arrozeiros gaúchos, já que as despesas chegam a 65 dólares por hectare contra 47 dólares na Argentina e quatro dólares no Uruguai. Ao dar a informação, o vice-presidente da Fearroz Jorge Moreira, disse que este será um dos objetivos da próxima reunião do Grupo de Trabalho 8 do Mercosul, marcado para os dias 16 e 17 de julho na cidade uruguaia de Triente y Trez.

Estes custos se ampliam quando se analisa isoladamente os componentes de combustíveis e lubrificantes, mas muda o quadro de vantagens e desvantagens entre os três países: os arrozeiros uruguaios passam a ter um custo de 88 dólares contra 70 dólares do Brasil e 45 dólares na Argentina.

(21/6/92)

Dor

Rio de Janeiro — Sábado

## INTERNACIONAL

## Mercosul ganha a

■ Collor cria fórum para promover debates sobre as con

Luiz Antonio — 29/5/92

BRASÍLIA — “Não adianta querer ocultar nossas deficiências”, afirmou o presidente Fernando Collor, ao enfatizar a necessidade do Brasil “produzir com qualidade aceitável e preços competitivos” para poder se integrar com sucesso ao Mercosul. A afirmação foi feita ontem, na primeira reunião setorial sobre o Mercosul, no Palácio do Planalto, na qual aceitou sugestão do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, e decidiu criar o Fórum Nacional do Mercosul, que reunirá empresários, governo e trabalhadores para uma ampla discussão do acordo de livre comércio entre Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, que começa a vigorar a partir de 1993.

Entre outros objetivos, o Fórum pretende definir justamente os setores industriais que necessitam de mudanças para se adaptar à concorrência a ser aberta pelo acordo. “A criação do



Collor: promover debates

Mercosul tem sido vista com a preocupação pelos estados do não se deve deixar prosperar t... mor por falta de discussão”, dec... Collor, ao justificar a proposta de fórum, conforme relato da reunião setorial feito pelo secretário de imprensa da Presidência da República, Pedro Luiz Rodrigues. Segundo o presidente da República, a integração do Brasil com o Cone Sul é uma das prioridades do seu governo. “O m... do está mudando e quem não acompanhar este processo de mudança ficará inapelavelmente para trás.”

**Encontro** — Diante da importância da área de ciência e tecnologia para o acordo de livre comércio do Cone Sul, Collor decidiu incluir uma comissão que leva a Las Leñas, Argentina, para mais um encontro nos dias 26 e 27, dos presidentes dos países integrantes do Mercosul, o ministro das Minas e Energia, Prati...

## TR

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| TRD .....                   |  |
| Var.mês até 19.06 .....     |  |
| Var.mês até 22.06 .....     |  |
| Índice acum até 22.06 ..... |  |

## IRSM

|                 |  |
|-----------------|--|
| Fevereiro ..... |  |
| Março .....     |  |
| Abril .....     |  |
| Maio .....      |  |

## Dólar

|             |       |
|-------------|-------|
| ■ Paralelo  |       |
| 3.450,00    |       |
| 3.400,00    |       |
| 16.06       | 17.06 |
| ■ Comercial |       |

## Brasil exporta mais calçados à Argentina

PORTO ALEGRE — A intensificação de negociações, facilitadas pela perspectiva do Mercosul, levarão o Brasil a exportar quatro milhões de pares de calçados para a Argentina até o fim deste ano, muito superior aos 600 mil pares exportados em 1991. A informação é do presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Horst Volk.

O Brasil poderá se tornar, progressivamente, na expectativa de Horst Volk, o principal parceiro co-

ponsável por 80% das exportações brasileiras.

A redução nas vendas internas no Brasil foi outro motivo apontado por Horst Volk para a redução na produção: os brasileiros compravam 250 milhões de pares por ano, mas a indústria calçadista já constatou uma redução de 20% nas vendas em 1992. Por isto, eles estão redirecionando suas estratégias de comercialização para os países do Mercosul, para compensar a redução ocorrida nos Estados Unidos, responsáveis por



André Arruda

UNIMQTES RECIAMAM



# Integração política e cultural no Mercosul

por Paulo Totti  
de Buenos Aires

Testemunhar que o Mercado Comum do Sul (Mercosul) transcende as relações puramente comerciais entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e se destina a uma integração mais ampla, com reflexos políticos e culturais, será o objetivo principal da reunião dos presidentes dos quatro países, a realizar-se sexta-feira e sábado próximos em Las Leñas, estação de inverno da Argentina, mil quilômetros a oeste de Buenos Aires.

Interessados em demonstrar também que sua iniciativa de associação está aberta à participação dos demais vizinhos da América Latina, Carlos Menem, Fernando Collor de Mello, Andrés Rodríguez e Luis Alberto Lacalle decidiram convidar os presidentes do Chile, Patricio Aylwin e da Bolívia, Jaime Paz Zamora, para um almoço conjunto, já na sexta-feira, antes de iniciarem o que, oficialmente, estará sendo chamado de segunda reunião do Conselho do Mercosul, integrado também pelos chanceleres e ministros de Economia dos quatro países. A primeira reunião

do Conselho foi realizada em Brasília, em dezembro do ano passado.

Os presidentes do Mercosul, depois de dois encontros de trabalho, na sexta à tarde e na manhã de sábado, vão firmar um acordo já preparado por seus respectivos ministros de Educação, relativo a um processo de vinculação entre seus sistemas educacionais, que vai desde a inclusão do português e do espanhol nos currículos oficiais de ensino, até a cooperação em nível universitário para a formação de quadros necessários à pretendida competitividade internacional do Mercosul.

Também aprovarão acordos já discutidos em nível ministerial para a

cooperação dos organismos de Justiça e o chamado "passe Mercosul", destinado a facilitar o entrosamento de promoções turísticas entre os quatro países da região.

Sexta-feira à noite, em Buenos Aires, reunidos numa instalação isolada do cais do porto, técnicos e diplomatas do Mercosul, discutiam com seus colegas da Bolívia, um acordo sobre a hidrovía Paraná-Paraguai-Uruguai que, se estiver com seu texto totalmente aprovado até a próxima sexta-feira, será também assinado pelos presidentes. Na terça-feira, já em Las Leñas, diplomatas e representantes das

(Continua na página 3)

## Integração política e...

por Paulo Totti  
de Buenos Aires  
(Continuação da 1ª página)

equipes econômicas, integrantes do Grupo Mercado Comum — o órgão executivo da integração — começarão a debater o tema mais delicado da agenda presidencial: a harmonização das políticas macroeconômicas.

Na última reunião dos ministros de Economia, realizada em Buenos Aires, a 22 de maio, ficou decidido que o Grupo Mercado Comum prepararia, para a aprovação dos presidentes em Las Leñas, um cronograma dos passos a serem dados, desde agora, para

que, em 1990, ocorra a terceira etapa do processo de associação: a livre circulação de bens, serviços, capitais e mão-de-obra no espaço econômico ampliado.

### REDUÇÃO DE TARIFAS

A primeira etapa já está em vigência, assinalando a redução progressiva e automática das respectivas tarifas aduaneiras que, em 1º de julho próximo, alcançarão uma preferência de 61% sobre as aplicadas para os países fora da região. A segunda etapa será a da adoção de uma tarifa externa comum a ser definida até 31 de dezembro de 1994.

Acertar esse cronogra-

ma, partindo das atuais diferenças de inflação, grau de abertura da economia e política cambial, é a tarefa que o Grupo Mercado Comum tentará cumprir nas reuniões preparatórias ao encontro dos presidentes. E, até a noite de sexta-feira, não havia um consenso de que isso seria conseguido no prazo tão exíguo fixado pelos ministros de Economia.

### ESTATUTO DAS BINACIONAIS

Durante o encontro dos presidentes, Brasil e Argentina intercambiarão os textos das leis, recentemente aprovadas pelos respectivos Congressos, sobre

a formação de empresas binacionais no âmbito do Mercosul. E, a partir daí, o estatuto das binacionais estará em vigência.

Na sexta-feira, durante o almoço de que participarão Aylwin e Paz Zamora, o presidente Menem assinará um decreto de anistia a todos os chilenos, bolivianos, paraguaios, uruguaios e brasileiros com residência ilegal na Argentina. A partir do decreto, será facilitada a tramitação dos documentos que permitem aos naturais desses países trabalharem legalmente no país e até adquirirem a cidadania argentina, se o desejarem.